



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 116391 - CE (2019/0231611-7)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : JOSE ARNILSON NOGUEIRA DA SILVA (PRESO)
ADVOGADOS : MANOEL ABILIO LOPES - CE029431
JOAQUIM LEANDRO CESARIO SOUSA - CE031337
IVES NAHAMA GOMES DOS SANTOS - CE039590
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ
CORRÉU : LUCAS GONCALVES NUNES
CORRÉU : ITALO ALMEIDA DE SOUZA
CORRÉU : FRANCISCA CELIANE DE SOUSA ALVES

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por JOSE ARNILSON NOGUEIRA DA SILVA, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará no julgamento do HC n. 0625333-96.2019.8.06.0000.

Extrai-se dos autos que o recorrente foi preso em flagrante em 10/5/2017, convertido em preventiva, e restou denunciado, em 2/6/2017, pela suposta prática dos crimes previstos no art. 157, § 2º, I e II, por três vezes, no art. 288, parágrafo único, e no art. 180, *caput*, todos do Código Penal (roubo circunstanciado, associação criminosa armada e receptação).

Irresignada, com a demora no encerramento do feito a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem nos termos do acórdão que restou assim ementado:

HABEAS CORPUS. PENAL. PROCESSO PENAL. ROUBO MAJORADO, RECEPÇÃO, ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA E PORTE ILEGAL DE ARMA. EXCESSO DE PRAZO PARA FORMAÇÃO DA CULPA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. COMPLEXIDADE DA CAUSA. PLURALIDADES DE RÉUS (QUATRO). NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS. SÚMULA Nº 15 DO TJ/CE. INSTRUÇÃO DEVIDAMENTE INICIADA. INEXISTÊNCIA DE DESÍDIA ESTATAL. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA.

1. Paciente preso preventivamente em 10 de maio de 2017, pela suposta prática dos delitos capitulados nos artigos 157, § 2º, I e II (por três vezes, em concurso formal, lesão ao patrimônio de três vítimas), art. 288, parágrafo único, c/c art. 69, do CP, art. 180, *caput*, do CP, e art. 14, da Lei nº 10.826/03.

2. Quanto ao alegado excesso de prazo para a formação da culpa, não se vislumbra o invocado constrangimento ilegal. No contexto dos autos, evidencia-se que, embora o paciente esteja preso desde o dia 10.05.2017, o retardo na instrução, aparentemente, não decorre de desídia ou de omissão do Juízo a quo, mas sim

da relativa complexidade do feito, que envolve pluralidade de réus (quatro), e, ainda, a expedição de cartas precatórias para citação do réu e dos corréus, o que torna tolerável o trâmite existente, em atenção ao princípio da razoabilidade.

3. Nesse sentindo, a Súmula nº 15, deste Tribunal: "Não há falar em ilegalidade da prisão por excesso de prazo quando a complexidade do crime apurado ou a pluralidade de réus justifica a mora na ultimação dos atos processuais. "

4. Ordem conhecida e denegada (fl. 98).

No presente recurso, alega a existência de excesso de prazo na formação da culpa. Alega que o paciente está preso desde 10/5/2017 e até a presente data não há sequer previsão para o encerramento do feito.

Atribui a delonga exclusivamente à inércia do judiciário e assegura que a defesa em nada contribuiu para o atraso na marcha processual.

Ressalta que, caso condenado, já teria cumprido o requisito temporal para a progressão ao regime aberto, destacando afronta ao princípio da razoabilidade

Requer, assim, em liminar e no mérito, a expedição de alvará de soltura.

A liminar foi indeferida às fls. 147/149. Informações prestadas às fls. 153/155 e 158/161. O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso às fls. 163/166.

É o relatório.

Decido.

O presente recurso está prejudicado.

Isso porque a ação penal encontra-se na fase de alegações finais desde 11/2/2020. Dessa forma, com o encerramento da instrução processual, incide no caso o Enunciado n. 52 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, que prevê: "Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo".

Anote-se, ainda, os seguintes precedentes:

RECURSO ORDINÁRIO DE HABEAS CORPUS. ESTUPRO E ROUBO MAJORADO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. COAÇÃO ILEGAL NÃO DEMONSTRADA. ALEGAÇÃO DE INJUSTIFICADO EXCESSO DE PRAZO NA INSTRUÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. SÚMULA 52 DO STJ. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. RECURSO IMPROVIDO.

1. Quanto à ausência de indícios de materialidade, registro ser inviável a análise, no âmbito restrito do habeas corpus, de teses que, por sua própria natureza, demandam dilação probatória. As provas dos autos devem ser apreciadas durante a instrução criminal, sob o crivo do contraditório, não sendo esta a via adequada para a sua revisão.

2. A privação antecipada da liberdade do cidadão acusado de crime reveste-se de caráter excepcional em nosso ordenamento jurídico, e a medida deve estar embasada em decisão judicial fundamentada (art.93, IX, da CF), que demonstre a existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria, bem como a ocorrência de um ou mais pressupostos do artigo 312 do Código de Processo Penal. Exige-se, ainda,

na linha perfilhada pela jurisprudência dominante deste Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, que a decisão esteja pautada em motivação concreta, vedadas considerações abstratas sobre a gravidade do crime.

3. No presente caso, a prisão preventiva está devidamente justificada para a garantia da ordem pública, notadamente em razão da gravidade concreta da conduta do paciente, consubstanciada no peculiar *modus operandi* pelo qual as ações típicas foram perpetradas - O recorrente invadiu a residência da vítima e, mediante o uso de arma de fogo, ameaçou a vítima e seus filhos com fim de estuprá-la, além disso, depois de manter a vítima subjugada por aproximadamente meia hora, subtraiu seus pertences, incidindo, também, na prática do delito de roubo majorado.

4. O *modus operandi* do delito justifica o decreto cautelar de prisão, quando revela a especial periculosidade dos envolvidos (RHC 54.138/PE, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO - Desembargador Convocado do TJ/PE -, Quinta Turma, julgado em 19/3/2015, DJe 14/5/2015).

5. Eventual constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético, mas de uma aferição realizada pelo julgador, à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, levando em conta as peculiaridades do caso concreto, de modo a evitar retardo abusivo e injustificado na prestação jurisdicional, o que não se verifica na espécie.

6. Ademais, a instrução processual encerrou-se, razão pela qual incide ao caso o enunciado da súmula 52 do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo.

7. Demonstrados os pressupostos e motivos autorizadores da custódia cautelar, elencados no art. 312 do CPP, não se vislumbra constrangimento ilegal a ser reparado por este Superior Tribunal de Justiça.

8. Recurso ordinário em habeas corpus improvido (RHC 107.098/AL, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 26/03/2019, DJe 16/04/2019)

PROCESSUAL PENAL E PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. ROUBO MAJORADO E RESISTÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. EXCESSO DE PRAZO. NÃO VERIFICADO. ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. SÚMULA 52/STJ. RECURSO IMPROVIDO.

1. A aferição da razoabilidade da duração do processo não se efetiva de forma meramente aritmética. Na espécie, o andamento processual encontra-se compatível com as particularidades da causa, não se tributando, pois, aos órgãos estatais indevida letargia. Ademais, encerrada a instrução, encontra-se superada a

tese de excesso de prazo (Sum. 52 do STJ).

2. Apresentada fundamentação concreta para a decretação da prisão preventiva, evidenciada na violência desproporcional caracterizada no disparo de arma de fogo contra a polícia no momento da abordagem, não há que se falar em ilegalidade a justificar a concessão da ordem de habeas corpus.

3. Recurso em habeas corpus improvido (RHC 70.271/RJ, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 14/06/2016, DJe 22/06/2016)

Nesse contexto, constata-se a superação da questão aqui trazida.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o presente recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro Joel Ilan Paciornik
Relator